EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL: ANÁLISE DA DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE E DO BALANÇO SOCIAL NAS EMPRESAS LISTADAS NA B3

ENVIRONMENTAL EVIDENCE: ANALYSIS OF SUSTAINABILITY REPORT AND SOCIAL REPORTING IN B3 LISTING COMPANIES

Rosanilda Gouveia Gontijo,
Filipe Bressanelli Azevedo,
Mark Miranda Mendonça

RESUMO

Nos últimos anos a sociedade vem impondo às empresas a necessidade de um posicionamento ambientalmente correto devido à preocupação com a qualidade de vida das futuras gerações. Sendo assim, as organizações utilizam diversos meios para a divulgação de seus dados ambientais, dentre eles a contabilidade. A contabilidade ambiental surgiu devido à necessidade de se calcular os impactos ambientais causados pelo processo produtivo das empresas. Nesse contexto, o objetivo geral do trabalho é analisar as demonstrações contábeis das 430 empresas com ações na B3 no ano de 2018 e obter a diferença entre o nível de evidenciação socioambiental divulgado por elas e comparar qual setor e segmento mais publica essas informações e se fatores como atuação em mais de um mercado financeiro e participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) influencia no nível de divulgação. Os resultados obtidos mostram que o setor de utilidade pública é o que mais divulga informações socioambientais por abrangerem as empresas do setor de energia que tem uma normativa da ANEEL, motivando-as a divulgar informações socioambientais. As empresas da carteira ISE são as que mais divulgam o balanço social e o relatório de sustentabilidade por causa da necessidade de maior divulgação socioambiental para pertencerem à carteira. As empresas que comercializam na NYSE também tiveram um bom nível de publicação de relatório de sustentabilidade (89,28%). Isso ocorre porque ao comercializarem ações em mais de uma bolsa de valores, elas são obrigadas a atenderem as exigências de cada mercado, divulgando assim mais informações.

Palavras-chave: Evidenciação ambiental; Balanço social; Relatório de sustentabilidade.

ABSTRACT

In recent years society has been imposing on companies the need for an environmentally correct position due to the concern with the quality of life of future generations. Thus, organizations use various means to disseminate their environmental data, including accounting. Environmental accounting came after the need to calculate the environmental impacts caused by the productive process of the companies. In this context, the objective of the paper is to analyze the financial statements of the 430 companies with shares in B3 in 2018 and to obtain the difference between the level of socio environmental disclosure, compare which sector

and segment most publish this information, and if factors such as performance in more than one financial market and participation in the Corporate Sustainability Index influence the level of disclosure. The results show that the public utility sector is the one that most disseminates socio-environmental information by covering companies in the energy sector that have ANEEL regulations, motivating them to disclose socio-environmental information. Companies in ISE portfolio are the ones that most publicize the social report and the sustainability report due to the need for greater social and environmental disclosure to belong to the portfolio. Companies that trade on the NYSE also had a good level of sustainability reporting (89.28%). This is because when they market shares in more than one stock exchange, they are obliged to meet the requirements of each market, and then they disclosure more information.

Keywords: *Environmental evidence; Social balance; Sustainability report.*

INTRODUÇÃO

A sociedade está cada vez mais atenta às ações socioambientais realizadas pelas empresas. Dessa forma, as organizações procuram demonstrar uma política ambientalmente correta através da publicação de relatórios como o de sustentabilidade e o balanço social, que tem como objetivo reconhecer, determinar e disseminar o comportamento socioambiental das mesmas (RICARDO; BARCELLOS; BORTOLON, 2017).

A contabilidade ambiental surgiu devido à necessidade de se calcular os impactos ambientais causados pelo processo produtivo das empresas. Sendo assim, ela é um importante meio de divulgação de informações para os usuários desse conteúdo e auxiliam nas tomadas de decisão (BOTH; FISCHER, 2017).

A bolsa de valores brasileira (B3) criou em 2005 o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) que é um importante indicador utilizado para comparar o comportamento socioambiental de empresas listadas na B3. O ISE tem como principal objetivo divulgar para os investidores as organizações sustentáveis (SILVA; COSTA, 2017).

Diante disso, surge o seguinte problema de pesquisa: qual o nível de divulgação socioambiental das empresas listadas na B3?

Desse modo, o objetivo do trabalho é analisar as demonstrações contábeis das 430 empresas com ações na B3 no ano de 2018 e obter a diferença entre o nível de evidenciação socioambiental divulgado por elas e comparar qual setor e segmento mais publica essas informações. As empresas foram divididas em grupos de acordo com o segmento, setor, comercialização de ADR na Bolsa de Nova York e participantes da carteira ISE.

Este artigo, além da introdução, está estruturado em seções contendo referencial teórico sobre contabilidade ambiental, balanço social, relatório de sustentabilidade e ISE. Em seguida, é apresentada a metodologia utilizada na pesquisa, a análise de dados e os resultados obtidos. Por fim são realizadas as considerações finais do estudo.

REVISÃO DE LITERATURA

Contabilidade ambiental

De acordo com Ferreira *et al.* (2011), a contabilidade tem como objetivo fornecer informações do patrimônio da empresa para que os usuários da informação possam chegar ao seu propósito, organizando, registrando e demonstrando o máximo de informações possíveis para a tomada de decisão.

Nos últimos anos a sociedade vem impondo às empresas a necessidade de um posicionamento ambientalmente correto devido à preocupação com a qualidade de vida das futuras gerações. Por isso, as organizações utilizam diversos meios para a divulgação de seus dados ambientais, dentre eles a contabilidade, aumentando o nível de publicação de dados ambientais em suas demonstrações e demais relatórios da administração (KOULOUKOU *et al.*, 2018).

A responsabilidade social e ambiental teve início nos anos 1980, a princípio como forma filantrópica, mas com o passar do tempo as empresas perceberam que essa divulgação era benéfica para sua imagem, e com isso passaram a divulgar mais ações, muitas das vezes como forma de *marketing* (FARIAS; MORAES FILHO, 2014).

Segundo Schlotfeldt (2016), a contabilidade tradicional não seria apropriada para registrar dados ambientais das empresas, e com isso surgiu a necessidade de uma contabilidade exclusivamente ambiental para complementar a contabilidade convencional, conduzindo modificações promovidas pela preservação do meio ambiente. A contabilidade ambiental tem como objetivo reconhecer, avaliar e resolver episódios ocorridos nas empresas referentes à proteção, preservação ou recuperação ambiental capazes de afetar seu resultado patrimonial, evidenciando dados de forma fidedigna, contribuindo para as tomadas de decisões (RIBEIRO, 2010).

Portanto, classifica-se a contabilidade ambiental como um instrumento de estudo das informações contábeis referentes ao meio ambiente. Ela identifica custos, despesas e prováveis receitas ambientais de acordo com a participação da empresa no meio ambiente, demonstrando, assim, todo o patrimônio ambiental da organização, dividindo-o em ativo e passivo ambiental (YAMAGUCHI; MANDELLI, 2017).

De acordo com Rover (2012), a instituição tem varias razões para divulgar voluntariamente suas ações ambientais, que inclui desenvolver uma imagem corporativa, impacto positivo no preço das ações, benefícios políticos e vantagens competitivas. Para Braga e Ricarte (2015), as organizações precisam estar comprometidas com as necessidades da sociedade e de seus investidores, e as informações socioambientais divulgadas pelas empresas podem originar retornos positivos sobre sua imagem e provável aumento das vendas, gerando produtos mais sustentáveis e maior aceitação no mercado estrangeiro que está cada vez mais rígido com questões ambientais, e com isso, gerando também benefícios financeiros.

Com o avanço da contabilidade ambiental no decorrer dos anos, aumenta a responsabilidade e abrangência do profissional contábil dentro da organização. Os

dirigentes passam a solicitar da contabilidade informações socioambientais para auxiliar as tomadas de decisões (CONCEIÇÃO *et al.*, 2014).

Em conformidade com Ferreira *et al.* (2016), é preciso que a organização promova ações com transparência e confiabilidade para que se tenha uma boa reputação. Diante disso surge a necessidade de um relatório que divulgue as ações ambientais e sociais desenvolvidas pelas empresas de forma confiável e fidedigna. Assim, o Balanço Social é o relatório mais adequado e recomendado para atender tais necessidades, apesar de não ser uma obrigatoriedade, pois muitas empresas optam por divulgar informações socioambientais em diferentes relatórios.

Balanço social

Para Rios e Jacques (2019), o balanço social é um demonstrativo publicado anualmente que apresenta dados socioambientais realizados pelas empresas. Ele é feito por organizações que têm como objetivo não apenas o lucro e sim a preocupação do seu impacto para com a sociedade na qual está inserida.

O Balanço social teve origem em julho de 1977 na França quando o congresso francês aprovou a Lei nº 77.769 que obrigava todas as instituições com mais de 299 funcionários a publicarem o balanço social visando divulgar a influência das empresas na sociedade na qual estão inseridas (ALEIXO; SANTOS, 2019).

Em 1997 foi apresentado o primeiro modelo de balanço social elaborado pelo Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) juntamente com técnicos e pesquisadores de organizações públicas e privadas. Foi feito um modelo básico e inicial que tinha informações sobre o número de trabalhadores negros que trabalhavam na empresa e o percentual de cargos de chefia que eles ocupavam (BALANÇO SOCIAL, 2008).

Segundo Schineiders, Fabris e Fiorentin (2014) é através do balanço social que as empresas divulgam suas ações de responsabilidade socioambiental e ajudam a melhorar a qualidade de vida de seus funcionários, seus associados e a comunidade em geral. É através dele que se identificam problemas e oportunidades, caracterizando-se em um importante instrumento gerencial e de apoio para as tomadas de decisão.

O balanço social é publicado anualmente e tem como principal finalidade divulgar a responsabilidade social e ambiental da empresa para os diversos usuários da informação como fornecedores, investidores, consumidores, funcionários, entre outros (BALANÇO SOCIAL, 2019).

Ainda em conformidade com Schineiders, Fabris e Fiorentin (2014), no Brasil as empresas ainda não são obrigadas a elaborar o balanço social, porém ele tem sido realizado por diversas organizações, pois se caracteriza como um importante instrumento de gestão agregando uma imagem positiva à empresa que se torna um diferencial competitivo no mercado.

Relatório de sustentabilidade e índice de sustentabilidade empresarial (ISE)

De acordo com Morais *et al.* (2017), a publicação de balanços sociais,

relatórios anuais ou de sustentabilidade por parte das empresas demonstram confiabilidade e credibilidade aos usuários da informação devido divulgação de suas ações e resultados tanto financeiros quanto em relações sociais e ambientais.

O relatório de sustentabilidade é um demonstrativo para a divulgação de dados socioambientais realizados pela organização, e é através dele que a empresa evidencia seu compromisso, táticas e seus resultados no âmbito social e ambiental. Ele tem como objetivo esclarecer o compromisso da entidade em relação à sustentabilidade (NAGANO *et al.*, 2013).

No início os relatórios de sustentabilidade divulgavam exclusivamente impactos ambientais causados pelas organizações, porém com o tempo surgiu a necessidade da divulgação de informações éticas e sociais, tornando assim um relatório mais completo que divulga práticas sustentáveis e responsabilidade social (Borges *et al.*, 2018).

Os relatórios de sustentabilidade divulgados pelas empresas são de caráter voluntário. Essa divulgação contribui para a imagem da entidade ao aumentar sua confiança e comprometimento, promovendo, assim o desempenho da economia. Diante desse fato a Bovespa criou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) que é composto por companhias ambientalmente corretas preocupadas com o desenvolvimento sustentável da sociedade (ALTOÉ; PANHOCA; ESPEJO, 2017).

O ISE foi criado em 2005 com objetivo de estimular a ética nas organizações e criar um ambiente de investimento compatível com as exigências de crescimento sustentável. É uma ferramenta de comparação entre as companhias listadas na B3 no aspecto da sustentabilidade corporativa, no qual é medido o retorno médio das empresas com melhores práticas de sustentabilidade (Bovespa, 2019).

De acordo com Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017), esse índice tem como objetivo motivar a sustentabilidade empresarial, equilíbrio ambiental e justiça social. Para compor a carteira ISE na B3 as empresas precisam executar alguns requisitos e responder a um questionário com questões gerais e socioambientais.

Para Silva e Costa (2017) o ISE abrange a relação das organizações com funcionários, sociedade, fornecedores, governança corporativa e o impacto da atividade empresarial. A participação na ISE não é obrigatória, mas para participar é necessário atender alguns critérios: ter ações com maior índice de negociabilidade nos últimos doze meses, ter sido negociada no mínimo em 50% dos pregões nos últimos 12 meses, e atender aos critérios de sustentabilidade do conselho da ISE avaliados através de um questionário (GUIMARÃES; PEIXOTO; CARVALHO, 2017). Atualmente a carteira ISE conta com 28 empresas que têm como missão sustentar os investidores nas tomadas de decisão e influenciarem mais empresas a adotarem melhores práticas de sustentabilidade (ISE, 2019).

Empresas brasileiras que comercializam na Nyse e níveis diferenciados de governança corporativa

A governança corporativa tem como objetivo dirigir e monitorar o relacionamento das empresas com acionistas, conselho de administração, diretoria, auditoria e conselho fiscal, estimulando o interesse dos investidores e valorizando as

companhias (ZIBORDI; PANTOJA, 2019).

Com o intuito de estimular investidores a adquirir ações e valorizar as empresas, a B3 desenvolveu, em 2000, segmentos especiais de governança corporativa: Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado (MOTA; PINTO, 2017).

Ainda de acordo com Mota e Pinto (2017) as empresas do Nível 1 são comprometidas com a melhora de prestação de informações ao mercado e a disseminação acionária. As empresas do Nível 2 atendem as exigências do Nível 1 e adotam práticas de governança para acionistas minoritários. Já o Novo Mercado é um segmento destinado às empresas comprometidas com a adoção de práticas consistentes de governança corporativa e divulgações adicionais que não são exigidas pela legislação.

Com o objetivo de captar novos investidores, empresas brasileiras estão negociando ações em bolsas de valores em outros países, como a NYSE em Nova Iorque, que diferente da B3, não define níveis de governança corporativa e sim diretrizes para que as empresas adotem boas práticas de governança corporativa em prol do investidor, sendo assim, mais rigorosa em sua divulgação de informações (CASTRO; VIEIRA; PINHEIRO, 2015).

Conforme Kuronuma, Barciella e Okimura (2017), para as empresas negociarem ações nos Estados Unidos é preciso ter certificados de depósitos americanos que são os ADRs (*American Depositary Receipts*), e que correspondem a ações que são vendidas, registradas e transferidas.

Com listagem em mais de uma bolsa de valores as empresas são submetidas a menores riscos e divulgam informações mais transparentes devido às exigências de cada mercado, com isso, conseguem mais investidores e tem uma melhor captação de recursos (ROMA; IQUIAPAZA; FERREIRA, 2015).

METODOLOGIA

A proposta da pesquisa foi analisar o nível de divulgação socioambiental realizado pelas empresas que negociam ações na B3. Foram usados como critério de avaliação os relatórios de sustentabilidade e balanço social publicado pelas entidades.

A pesquisa é classificada como descritiva quanto ao objetivo, pois objetiva descrever as informações socioambientais divulgadas pelas empresas. Para Gil (1991, p.35) a pesquisa descritiva “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Quanto à abordagem a pesquisa se classifica como quantitativa, que para D'Angelo (2019) tem “resultados uniformes que facilitam o entendimento mais padronizado dos dados obtidos”.

Para a coleta de informações foi utilizada a base documental, que de acordo com Gil (1991, p. 51), observa as fontes documentais, “admitindo ser uma valiosa técnica de dados qualitativos, utilizando a contribuição fornecida por diversos autores sobre um assunto determinado”. A justificativa para a classificação da

pesquisa como documental é que os dados utilizados para a elaboração do artigo foram coletados através de relatórios divulgados pelas empresas a serem analisadas.

A amostra foi composta pelas 430 empresas que comercializam ações na B3, e analisada a divulgação de relatório de sustentabilidade e o balanço social de cada uma delas no período de 2018. A justificativa para a escolha da amostra foi descobrir qual o nível de divulgação socioambiental realizado pelas empresas uma vez que o tema sustentabilidade empresarial tem sido bastante abordado pelas instituições e um importante diferencial competitivo.

Os dados utilizados na elaboração do artigo foram retirados do site da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), do site da B3 e do próprio site das empresas, tendo como intuito descobrir o nível de publicação socioambiental delas. A coleta de dados ocorreu por meio da base secundária.

A princípio foi realizada a análise do conteúdo publicado pelas 430 empresas listadas na B3, e observada a publicação do relatório de sustentabilidade e balanço social em 2018. O método utilizado para a avaliação trata os dados como variáveis dicotômicas, adotando valor 1 quando é evidenciado e valor 0 quando não evidenciado.

Após a realização da análise as empresas foram divididas em setores e segmentos a fim de se obter uma comparação entre eles. Também foi separado um grupo de empresas pertencentes à carteira ISE da B3 e empresas que negociam ações na NYSE para verificar se o fato delas serem pertencentes a ISE e de negociarem em mais de um mercado financeiro influencia a publicação de relatórios de sustentabilidade e balanço social.

ANÁLISE DE DADOS

Na Tabela 1 são apresentadas as diferenças nos níveis de divulgação do balanço social e relatório de sustentabilidade divididos por níveis de governança corporativa da B3.

Tabela 1 – Índices de divulgação por segmento

Nível de governança corporativa	Balanço Social	Relatório de Sustentabilidade
Bovespa Mais	-	12,5%
Bovespa mais nível 2	-	-
Novo Mercado	10,64%	46,81%
Nível 2 de governança corporativa	31,58%	63,16%
Nível 1 de governança corporativa	30,77%	65,38%
Tradicional Bovespa	12,36%	30,10%

Balcão Organizado	8,82%	20,58%
BDR's Patrocinadas	-	-

Fonte: elaborado pelos autores em 05/2019.

Conforme a Tabela 1 podemos observar que o nível de governança corporativa que mais divulga dados socioambientais é o nível 2 com 31,58% de divulgação de balanço social e 63,38% de relatório de sustentabilidade, seguido pelo nível 1 com 30,77% de balanço social e 65,38% de relatório de sustentabilidade. De acordo com Mota e Pinto (2017) isso se justifica devido às companhias do nível 1 e 2 apresentarem práticas de governança corporativa superiores as que são exigidas por lei, evidenciando assim mais informações socioambientais.

O novo mercado apresenta 10,64% de divulgação de balanço social e 46,81% de relatório de sustentabilidade, seguido por 12,36% de balanço social e 30,10% de relatório de sustentabilidade do tradicional Bovespa e de 8,82% e 20,58%, respectivamente, do Balcão organizado.

As empresas do segmento Bovespa Mais não divulgam balanço social e apenas 12,5% divulgam relatórios de sustentabilidade. A Bovespa Mais Nível 2 e BDR's patrocinadas não divulgam nenhum relatório socioambiental.

A Tabela 2 apresenta os níveis de divulgação socioambientais das empresas divididas por setores.

Tabela 2 – Índices de divulgação por setor

Setor	Balanço Social	Relatório de sustentabilidade
Bens industriais	9,72%	36,11%
Consumo cíclico	7,59%	22,78%
Consumo não cíclico	8,00%	52,00%
Financeiro	2,25%	26,96%
Materiais básicos	6,89%	41,38%
Petróleo	20,00%	30,00%
Saúde	-	19,04%
Tecnologia da informação	-	28,57%
Telecomunicação	20,00%	80,00%
Utilidade pública	50,00%	74,24%
Não classificados	-	-
Outras	-	-

Fonte: elaborado pelos autores em 05/2019.

Conforme a Tabela 2 o setor que mais publica balanço social e relatório de sustentabilidade é o de utilidade pública – 50% das empresas divulgam balanço social e 74,24% o relatório de sustentabilidade. O motivo para essa maior divulgação é devido ao setor abranger as empresas de energia elétrica. De acordo com Leite,

Silva e Santos (2018), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) motiva as empresas do setor de energia elétrica através de uma normativa que propõe um padrão de divulgação socioambiental conforme o modelo da *Global Reporting Initiative* (GRI).

Das empresas componentes do setor de telecomunicação 20% divulgam balanço social e 80% relatório de sustentabilidade; do setor de petróleo 20% publicam balanço social e 30% relatório de sustentabilidade; do setor de materiais básicos, 6,89% publicam balanço social e 41,38% o relatório de sustentabilidade; dos setores de consumo cíclico, consumo não cíclico e bens industriais, 8%, 7,59% e 9,72% respectivamente divulgam balanço social e 52%, 22,78% e 36,11% o relatório de sustentabilidade.

No setor de saúde e tecnologia da informação nenhuma das empresas componentes divulgam balanço social, e 19,04% e 28,57% das empresas do setor respectivamente, divulgam o relatório de sustentabilidade. Ambos os setores de não classificados e outras não divulgaram nenhuma informação socioambiental.

A Tabela 3 apresenta as empresas participantes da carteira ISE da B3 e as empresas que comercializam ADR na NYSE e seu nível de divulgação de balanço social e relatório de sustentabilidade.

Tabela 3 – Índices de divulgação das empresas participantes da ISE e que comercializam

Companhias	ADR na NYSE	
	Balanço Social	Relatório de Sustentabilidade
Empresas da carteira ISE	39,28%	100,00%
Empresas com ADR na NYSE	39,28%	89,28%

Fonte: elaborado pelos autores em 05/2019

Das 28 empresas pertencentes à carteira ISE todas publicam relatório de sustentabilidade e 11 delas também divulgam balanço social. Isso se justifica pelo fato de as empresas pertencentes ao índice de sustentabilidade empresarial precisarem de um nível de divulgação socioambiental elevado para participar do índice.

Das 28 empresas que comercializam ações na NYSE, 11 delas publicam balanço social e 25 divulgam o relatório de sustentabilidade. A Azul, Gerdau e Ultrapar não publicam relatório de sustentabilidade, mas divulgam em seus sites ações socioambientais realizadas, mostrando sua preocupação socioambiental. Segundo Leite, Silva e Santos (2018), as empresas listadas em mais de um mercado de capitais tendem a divulgar mais informações socioambientais por causa das exigências de cada mercado.

Das 430 empresas listadas na B3, 161 divulgam o relatório de sustentabilidade e 55 divulgam balanço social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desse trabalho foi analisar o nível de divulgação socioambiental das empresas listadas na B3, dividindo-as por setores e segmentos a fim de descobrir qual deles mais evidenciam ações sociais e ambientais. Foram analisados os relatórios publicados pelas empresas em 2018.

Para a realização da análise foi utilizada a base documental e os índices de evidenciação, o relatório de sustentabilidade e o balanço social. Constatou-se que empresas pertencentes à carteira ISE fazem parte do grupo que mais divulgou o relatório de sustentabilidade e o balanço social, concluindo que empresas pertencentes a essa carteira são motivadas a uma maior evidenciação socioambiental.

As empresas que comercializam na NYSE também tiveram um bom nível de publicação de relatório de sustentabilidade (89,28%). Isso ocorre provavelmente porque ao comercializarem ações em mais de uma bolsa de valores, elas são obrigadas a atenderem as exigências de cada mercado, divulgando assim mais informações.

O setor de utilidade pública apresentou um bom índice de divulgação socioambiental, e isso ocorre principalmente porque a maioria das empresas desse setor são da categoria de energia elétrica, que cumprem uma instrução normativa da ANEEL – a divulgação de relatório de sustentabilidade.

Em relação aos níveis de governança corporativa, as que mais divulgaram foram o nível 1 e 2 por serem níveis mais exigentes quanto à publicação socioambiental.

Sugere-se a realização de novas pesquisas que utilizem a variável tempo, analisando-se empresas com mais tempo no mercado influenciam o nível de divulgação socioambiental. Outra proposta seria analisar cada relatório de sustentabilidade das 430 empresas da B3 e relatar quais são os temas mais evidenciados por eles.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, Wilson Marques; SANTOS, Cassius Klay Silva. Distribuição do valor adicionado: comparação entre as empresas listadas no novo mercado e no mercado tradicional da B3. **CONTABILOMETRIA - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting**, Monte Carmelo, v. 6, n. 1, p. 57-73, jan.-jun./2019.

ALTOÉ, Stella Maris Lima; PANHOCA, Luiz; ESPEJO, Márcia Maria dos Santos Bortolucci. Índice de disclosure ambiental (IDA): análise da aplicação de indicador desenvolvido a partir da ótica de especialistas no Brasil. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v.16, n.48, p.52-68, Florianópolis, SC, 2017.

BALANÇO SOCIAL. **Modelo de balanço social**. Disponível em <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso: 11 mar.19

BORGES, Matheus Leone; ANHOLON, Rosley; ORDOÑEZ, Robert Eduardo Coopeer; QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves. O uso dos relatórios de sustentabilidade como fonte de pesquisas acadêmicas: tendências e gaps a serem explorados. **Revista metropolitana de sustentabilidade**, São Paulo, v. 8, n.1, 2018.

BOTH, Francielle; FISCHER, Augusto. Gestão e contabilidade ambiental. **Unoesc & Ciência – ACSA**, v. 8, n.1, p.49-57, 2017.

BRAGA, Célia; RICARTE, Laises. XI Fatores determinantes do nível de divulgação da informação socioambiental do setor de energia elétrica. **Congresso nacional de excelência em gestão**, 2015.

CASTRO, Mariana Camilla Coelho Silva; VIEIRA, Laís Karlina; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Comparação do disclosure de contingências ativas e passivas nas empresas brasileiras com ações negociadas na B3 e na NYSE. **Revista de contabilidade do mestrado em ciências contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 65, Rio de Janeiro, 2015.

CONCEIÇÃO, Mirian Gomes; OLIVEIRA, Nverson da Cruz; GOMES, Sonia Maria da Silva; OLIVEIRA, Neylane dos Santos; FREIRES, Francisco Gaudencio Mendonca. Comparação do nível de conhecimento sobre contabilidade social e ambiental dos estudantes ingressos e formandos do curso de ciências contábeis da universidade federal da Bahia. **Gecont**, Florianópolis, v. 1, n. 2, 2014.

D'ANGELO, Pedro. **Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa: qual a diferença?** Disponível em: <https://blog.opinionbox.com/pesquisa-quantitativa-e-pesquisa-qualitativa-qual-a-diferenca/>. Acesso em: 12 abr. 2019.

FARIAS, Carolina Juliana Lindbergh; MORAES FILHO, Rodolfo Araújo de. Práticas de Responsabilidade Socioambiental Empresarial nas Usinas do Setor Sucroalcooleiro: Estado da Arte. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 13, n. 3, p. 859-888, set./dez. 2014.

FERREIRA, Janaina da Silva; ROVER, Suliani; FERREIRA, Denize Demarche Minatti; BORBA, José Alonso. Informações Financeiras Ambientais: Diferença entre o Nível de Disclosure entre Empresas Brasileiras. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade – REPEC**, Brasília, v.10, n.1, art.1, p.5-24, jan./mar., 2016.

FERREIRA, Josleimara Luzia; NAUJACK, Jakeline; STELA, Eder Rogério. Contabilidade ambiental: uma revisão de conceitos. **Seminário dos cursos de ciências sociais aplicadas da Fecilcam VII ENPPEX**, Paraná, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. Atlas: São Paulo, 1991.

Global Reporting Initiative. **GRI**. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/standards>. Acesso em: 12 mar. 2019.

GUIMARÃES, Thayse Machado; PEIXOTO, Fernanda Maciel; CARVALHO, Luciana. Sustentabilidade empresarial e governança corporativa: uma análise da relação do ISE da B3 com a compensação dos gestores de empresas brasileiras. **REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 11, n.2, p. 134-149, 2017.

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL. **ISE**. Disponível em: <http://iseb3.com.br/o-que-e-o-ise>. Acesso em: 09 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **IBASE**. Disponível em: www.ibase.org.br. Acesso em: 12 mar.2019.

INSTITUTO ETHOS. **Ethos**. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/>. Acesso em: 12 mar. 2019.

KOULOOUKUI, Daniel *et al.* Estudo bibliométrico sobre disclosure ambiental, mudança climática e risco climático: Periódicos indexados na Scopus de 1982 a 2017. **Revista de Administração e Contabilidade – ReAC**, Feira de Santana, v.10, n. 1, p.71-92, janeiro/abril, 2018.

KURONUMA, Cleiton Ricardo; BARCIELLA, Roberto Preti; OKIMURA, Rodrigo Takashi. Impacto da emissão de ADRs no retorno de ações de empresas brasileiras listadas na B3. **IPTEC – Revista Inovação, Projetos e Tecnologias**, São Paulo, v. 5, n. 2, 2017.

LEITE, Fernanda Martins; SILVA, Vanessa Ramos; SANTOS, Cassius Klay Silva. Evidenciação ambiental: Comparação entre a capacidade informacional dos relatórios contábeis de companhias brasileiras que negociam ADR e as que não negociam. In **XV congresso USP de iniciação científica em contabilidade**, São Paulo, julho, 2018.

MORAIS, Caroline Moya de; ZEVERICOSKI, Gabrielli Aparecida; FERRAREZI, Jaqueline dos Santos; GEHLEN, Karina Rocha Henriques; REIS, Luciano Gomes dos. Produção acadêmica brasileira no contexto dos relatórios de sustentabilidade: uma análise bibliométrica. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n.2, p.197-217, 2017.

MOTA, Sandriele Leite; PINTO, Suelem Katherinne de Macedo. A utilização do twitter na análise do disclosure voluntário das empresas brasileiras com níveis diferenciados de governança corporativa. **Revista evidenciação contábil e finanças**, v.5, n.1, p.22-38, João Pessoa, 2017.

NAGANO, Renan Toshi; KASSAI, José Roberto; KUSSABA, Cristiane Tiemi; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. A evolução dos relatórios de sustentabilidade e a necessidade da obrigatoriedade de sua asseguaração por terceiros. **Anais do II SINGEP e IS2IS**, São Paulo, 2013.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

RICARDO, Verônica silva; BARCELLOS, Sabrina Sobrinho; BORTOLON, Patrícia

Maria. Relatório de sustentabilidade ou relato integrado das empresas listadas na B3: fatores determinantes de divulgação. **Revista de Gestão Social e Ambiental – RGSA**, São Paulo, v.11, n.1, p.90-104, 2017.

RIOS, Allan; JACQUES, Eugenio Hoffmann. **Balanco Social**: sua importância para as organizações. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/balanco-social-sua-importancia-para-as-organizacoes/59152/>. Acesso em: 08 abr. 2019.

ROMA, Carolina Magda da Silva; IQUIAPAZA, Robert Aldo; FERREIRA, Bruno Pérez. Avaliação do risco de mercado de portfólios de American Depositary Receipts (ADRs) e ações brasileiras: uma análise a partir das top componentes do Br Titans 20. **DESENVOLVE**: Revista de Gestão do Unilasalle, Canoas, v. 4, n. 1, p.23-44, 2015.

ROVER, Suliani et al. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. **RAUSP – Revista de Administração**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 217-230, abr./maio/jun., 2012.

SCHNEIDERS, Nádia; FABRIS, Adilson José; FIORENTIN, Marlene. Balanço social e a responsabilidade socioambiental no contexto atual: o caso do Banco do Brasil S.A. **Revista Conexão**, Itapiranga, v. 1, n. 2, p. 1-20, 2014.

SCHLOTEFELDT, Josiane de Oliveira. Sistema de gestão ambiental em uma indústria de móveis de madeira. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis)** – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2016.

SILVA, Gildo Robergues da Silva; COSTA, Fábio Moraes da. Qualidade da informação contábil e sustentabilidade nas companhias brasileiras listadas na B3. **Revista Ciências Administrativas**, v. 23, n. 1, p.103-127, 2017.

SILVA, Julio César Pereira; RIOS, Ricardo Pereira. Contabilidade Ambiental: O grau de conhecimento dos contadores do sul e sudeste do estado do Pará. **Revista eletrônica Gestão de Negócios** – FAC, São Roque, v. 5. n. 1, 2014.

YAMAGUCHI, Cristina Keiko; MANDELLI, Luciana. Informações ambientais e a contabilidade ambiental nas indústrias de beneficiamento de arroz no Rio Grande do Sul. **Sustentabilidade e responsabilidade social**, v.5, p.67, Belo Horizonte, 2017.

ZIBORDI, Christopher de Moraes Araruna; PANTOJA, Tereza C. G. **Os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa da Bovespa**. 2019. Disponível em: www.bovespa.com.br. Acesso em: 10 abr. 2019.